

Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

Módulo 1 – Agentes

Submódulo 1.6 – Comercialização Varejista

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. OBJETIVO

3. PREMISSAS

Condições gerais para a habilitação do varejista

Condições gerais para a habilitação de representados

Cadastro do Sistema de Medição para Faturamento e Coleta de Dados de Medição

Cadastro no Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL

Substituição de varejista, pelo representado

Adesão do representado à CCEE

Retorno de unidade consumidora ao atendimento cativo

Desligamento ou Inabilitação do varejista da CCEE

Desligamento do representado e encerramento de suas atividades

4. LISTA DE DOCUMENTOS

5. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

6. FLUXO DE ATIVIDADES

7. ANEXOS

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de Vigência
1.0	Primeira versão aprovada (AP.05/2015 e CP.16/2014)	Resolução Normativa nº 654/2015	01.04.2015
1.1	Adequações: (i) da nomenclatura dos agentes habilitados à comercialização varejista e (ii) da designação específica no objeto social	Nota Técnica SRM/ANEEL nº 275/2015 e Despacho nº 1.877/2016	19.07.2016

1. INTRODUÇÃO

A comercialização varejista caracteriza-se pelas relações comerciais entre o comercializador ou gerador varejista (agente representante) e as pessoas físicas ou jurídicas elegíveis à representação, dando-se pela adesão ao CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA e pela celebração de outras avenças de livre pactuação. Esta representação se dá por conta e risco do comercializador ou gerador varejista. Adicionalmente, os agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE proponentes a atuar como varejistas devem pertencer à categoria de geração ou à classe dos agentes comercializadores.

2. OBJETIVO

- 2.1 Estabelecer os procedimentos relativos à habilitação e atuação do varejista, exercida pela representação de pessoas físicas ou jurídicas a quem seja facultado não aderir à CCEE, de acordo com os critérios apresentados na Resolução Normativa nº 570, de 23 de julho de 2013.
- 2.2 São elegíveis a serem representados, na comercialização varejista:
 - 2.2.1 os consumidores com unidades consumidoras aptas à aquisição de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL; e
 - 2.2.2 os detentores de concessão, autorização ou registro de geração com capacidade instalada inferior a 50 MW não comprometidos com Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR, Contrato de Energia de Reserva - CER ou Cotas.
- 2.3 Aplica-se o disposto neste PdC, quando assim requerido pelo interessado, à representação dos detentores de concessão ou autorização para geração com capacidade instalada igual ou superior a 50 MW não comprometidos com CCEAR, CER ou Cotas, nos termos excepcionais definidos pela Resolução Normativa nº 570, de 2013, ressalvando-se que:
 - 2.3.1 devem ser agentes da CCEE;
 - 2.3.2 respondem, de forma proporcional e solidária, pelos resultados decorrentes da gestão empreendida por seu representante; e
 - 2.3.3 todo o relacionamento com a CCEE será exercido, com exclusividade, pelo varejista, inclusive o direito a voto em nome de seu representado.

3. PREMISSAS

Condições gerais para a habilitação do varejista

- 3.1 Podem atuar como varejista (habilitação inicial/permanência e ampliação do mercado representado) os comercializadores e geradores integrantes da CCEE que atenderem, concomitantemente, aos requisitos previstos na Resolução Normativa nº 570, de 2013, e aos seguintes:
- 3.1.1 o objeto social da pessoa jurídica apresente designação específica para exercer tal atividade;
 - 3.1.2 limite operacional não inferior a R\$ 1.000.000 (um milhão de reais);
 - 3.1.3 patrimônio líquido mínimo de R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais);
 - 3.1.4 índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral superiores a 1 (um);
 - 3.1.5 possua sede social em endereço comercial;
 - 3.1.6 se possuir marca registrada no INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, que seja vedada sua cessão e o licenciamento a terceiros, mesmo que temporariamente ou sem ônus;
 - 3.1.7 possua nome de domínio (portal eletrônico) próprio ou **website** dentro do domínio do grupo econômico, com expressão assemelhada ao nome empresarial; e
 - 3.1.8 em seu portal eletrônico, devem estar claramente indicadas demais pessoas jurídicas controladas, controladoras, coligadas e de controlador comum que sejam, também, agentes do setor elétrico.
- 3.2 Os valores a que aludem os subitens 3.1.2 e 3.1.3 devem ser atualizados monetariamente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou seu sucedâneo, bem como publicado pela CCEE anualmente a partir do dia 15 de janeiro.
- 3.3 A qualquer tempo, o agente da CCEE proponente a atuar como varejista pode solicitar a abertura e realizar o acompanhamento do seu processo de habilitação por meio do SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS - SGP, enviando, no momento da solicitação, todos os documentos a seguir relacionados, os quais devem estar assinados pelos representantes legais do proponente, com firma reconhecida, quando cabível:
- 3.3.1 Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;
 - 3.3.1.1 a comprovação da designação específica para exercer a comercialização varejista, no objeto social, pode ser realizada por meio do pedido na junta comercial competente; e

- 3.3.1.2 havendo recusa para alteração do objeto social pela junta comercial, tal fato deve ser comunicado à ANEEL;
- 3.3.2 quando houver, acordo de acionistas ou cotistas e demais negócios jurídicos que proporcionam ou possam proporcionar impacto no controle societário;
- 3.3.3 diagrama do grupo econômico, observando-se:
 - 3.3.3.1 a indicação de nomes e percentuais das participações societárias;
 - 3.3.3.2 a possibilidade de plena aferição das condicionantes dispostas na Resolução Normativa nº 570, de 2013; e
 - 3.3.3.3 a dispensa da apresentação de participação inferior a 5%, salvo se controlador;
- 3.3.4 relação que discrimine:
 - 3.3.4.1 todos os sócios ou acionistas do proponente;
 - 3.3.4.2 o(s) controlador(es) societário(s) indireto(s) e o(s) intermediário(s) do proponente, observadas as definições contidas pela norma que rege transferência de controle societário, e os sócios ou acionistas desses controladores;
 - 3.3.4.3 as controladas, coligadas e de simples participação do proponente, com os respectivos sócios ou acionistas, observadas as definições contidas no Código Civil; e
 - 3.3.4.4 os administradores, diretores, conselheiros e demais prepostos afim.
- 3.3.5 organograma corporativo, observando o modelo disponível no site da CCEE;
- 3.3.6 declaração de matrimônio, união estável e de parentesco consanguíneo ou afim, de que trata a Resolução Normativa nº 570, de 2013;
- 3.3.7 balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos três últimos exercícios financeiros; As demonstrações contábeis e financeiras devem ser auditadas por auditores independentes, sem ressalvas, abrangendo balanço patrimonial, resultado do exercício e fluxo de caixa;
- 3.3.8 certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- 3.3.9 certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de regularidade fiscal para com a fazenda estadual/distrital, inclusive quanto à dívida ativa;
- 3.3.10 certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de regularidade fiscal para com a fazenda municipal;
- 3.3.11 certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, da previdência social (INSS);

- 3.3.12 certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, do cadastro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço da Caixa Econômica Federal (FGTS);
 - 3.3.13 certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Poder Judiciário da comarca em que o candidato a varejista estiver localizado;
 - 3.3.14 formulário de inventário de bens, devidamente assinado pelo representante(s) legal(ais) do candidato;
 - 3.3.15 certidão negativa de protestos e títulos;
 - 3.3.16 certidão negativa de débitos trabalhistas;
 - 3.3.17 TERMO DE RENÚNCIA (7. ANEXOS), quando a habilitação for exclusiva para representação de participantes de seu grupo societário, complexo industrial e/ou complexo comercial, nos termos da Resolução Normativa nº 570/2013; e
 - 3.3.18 demais documentos comprobatórios para atendimento aos requisitos apresentados no item 3.1.
- 3.4 As certidões mencionadas no item 3.3 devem estar válidas na data de deferimento do pedido de habilitação do varejista, ou, caso não apresentem prazo de validade, devem ter sido emitidas em data não superior a sessenta dias. É responsabilidade do requerente, manter a certidão sempre válida, enquanto não houver conclusão da aprovação do pedido de habilitação.
- 3.4.1 No caso de habilitação de filial, devem ser apresentadas as certidões mencionadas no item 3.3, em nome da matriz e da própria filial.
- 3.5 O proponente a atuar como varejista deve apresentar os documentos descritos no item 3.3, independentemente de ser um novo agente ou não.
- 3.6 As certidões, demonstrações contábeis e financeiras e inventário de bens, referidos no item 3.3, bem como as demais quando houver alterações, devem ser enviadas ANUALMENTE à CCEE, consoante cronograma estabelecido pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CCEE - CAD ou, a qualquer tempo, por determinação da ANEEL.
- 3.6.1 Adicionalmente, deve ser ANUALMENTE encaminhado o balanço energético realizado por auditoria independente, atestando-se o equilíbrio ou evidenciando o desequilíbrio para um horizonte futuro mínimo de cinco anos, observando-se:
 - 3.6.1.1 a geração e a carga modeladas sob o varejista;
 - 3.6.1.2 as projeções de modelagens futuras, de geração e carga, que são vinculantes e oponíveis pela CCEE em face do varejista, quando de eventual solicitação para habilitação de novo representado que possa resultar em diferenças incompatíveis com as projeções declaradas;

- 3.6.1.3 os tipos de geração e consumo, que caracterizam os perfis contábeis;
- 3.6.1.4 os contratos de compra e venda celebrados pelo varejista, facultado o sigilo de preços e contrapartes para contratos bilaterais do ACL, sem prejuízo de eventual requisição pela CCEE ou ANEEL para comprovação da existência e validade do contrato; e
- 3.6.1.5 sem prejuízo de outros critérios definidos pela auditoria, a certificação de equilíbrio ou desequilíbrio deve ser estratificada conforme os seguintes critérios:
 - a) contratos de compra de energia celebrados pelo varejista, oferecidos em garantia de financiamento de novos empreendimentos de geração;
 - b) contratos de compra de energia celebrados pelo varejista garantidos por ativos financeiros;
 - c) contratos de compra de energia celebrados pelo varejista mediante prestação de garantias reais;
 - d) contratos de compra de energia celebrados pelo varejista mediante prestação de garantias fidejussórias;
 - e) contratos de compra de energia celebrados pelo varejista com previsão contratual de ressarcimento, acrescido ou não de penalidades; e
 - f) demais contratos de compra de energia celebrados pelo varejista.

3.6.2 A CCEE avaliará as demonstrações contábeis e financeiras, os balanços energéticos e demais dados pertinentes medidos, registrados ou apurados no âmbito da CCEE, a fim de propor à ANEEL a atualização e os ajustes, qualitativa e quantitativamente, dos requisitos para a habilitação inicial/permanência e ampliação do mercado representado de que trata o item 3.1, sem prejuízo de outras proposições.

- 3.7 Caso sejam constatadas pendências na documentação enviada ou reenviada, a CCEE deve informar ao proponente a existência de tais pendências, por meio do SGP, em até cinco dias úteis a partir da data da solicitação do agente ou do reenvio de documentos.
- 3.8 A partir da comunicação referida no item 3.7, o proponente deve sanar as pendências apontadas em até dez dias úteis, sob pena de extinção automática do processo para sua habilitação, facultando-se à CCEE a prorrogação do prazo quando previamente requerido e desde que ausente culpa ou dolo do proponente.

- 3.9 Após o saneamento das pendências pelo proponente, quando houver, ou após a constatação de regularidade do envio das documentações, a CCEE deve nomear conselheiro relator em até dez dias úteis.
- 3.10 Ao conselheiro relator incumbirá levar à deliberação do CAd o processo para habilitação do proponente.
- 3.11 A habilitação se dá pela aprovação do CAd, observando-se disposições estatutárias atinentes aos critérios de decisão.
- 3.12 A CCEE deve comunicar o resultado do processo de habilitação ao agente por intermédio do SGP.
- 3.13 Caso o processo de habilitação do candidato a varejista seja extinto, o proponente pode apresentar uma nova solicitação para habilitação, nos termos do item 3.3.
- 3.14 Na hipótese do CAd indeferir a solicitação de habilitação, cabe ao candidato apresentar PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO, nos termos do SUBMÓDULO 1.4 - ATENDIMENTO.

Condições gerais para a habilitação de representados

- 3.15 O varejista é responsável por solicitar a habilitação de pessoa física ou jurídica elegível à representação, enviando à CCEE, por meio do SGP:
 - 3.15.1 o CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA e o respectivo Anexo, com as informações do representado (Resolução Normativa nº 570, de 2013), devidamente preenchidos e assinados pelas partes, com firma reconhecida;
 - 3.15.2 o(s) CONTRATO(S) DE USO DO SISTEMA;
 - 3.15.3 para consumidor(es) especial(is) cujas unidades consumidoras estejam reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito, o varejista deve enviar o TERMO DE COMUNHÃO específico conforme modelo de minuta constante no SUBMÓDULO 1.1. - ADESÃO À CCEE, com firma reconhecida;
 - 3.15.4 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA e TERMO DE CIÊNCIA (7. ANEXOS), quando da habilitação de representado integrante do grupo societário, complexo industrial e/ou comercial;
 - 3.15.5 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E REPRESENTAÇÃO (7. ANEXOS), quando da habilitação de representado que seja gerador com capacidade instalada igual ou superior a 50 MW não comprometidos com CCEAR, CER ou Cotas; e
 - 3.15.6 demais documentos previstos em outras normas aplicáveis.

- 3.16 Os agentes da CCEE que representem ativos de terceiros, nos termos da regulamentação em vigor anteriormente à Resolução Normativa nº 570, de 2013, não podem solicitar alterações de representação em relação aos seus representados; devendo, para tanto, providenciar sua adequação aos termos e condições estabelecidos neste Submódulo, ainda que a representação que se pretenda alterar tenha tido início sob a égide de regulação anterior.
- 3.17 Para integrantes de um consórcio de geração que optem por serem representados, deve-se eleger entre eles um único responsável, a atuar em nome de todos.
- 3.18 Para os casos de consórcio de geração que atuem na condição de representado, a adesão à CCEE de qualquer de seus integrantes está condicionada à adesão dos demais.
- 3.19 Além da entrega dos documentos relacionados no item 3.15, o varejista deve realizar as atividades de cadastro do representado definidas no SUBMÓDULO 1.2 – CADASTRO DE AGENTES.
- 3.20 O varejista deve acompanhar as solicitações de cadastro e análise de documentação por meio do SGP.
- 3.21 O representado deve estar contratado com um único varejista, para a mesma vigência.
- 3.22 A vigência da representação se dá por prazo indeterminado, integrando-se por períodos completos de contabilização.
- 3.23 Para cada unidade consumidora parcialmente livre, a distribuidora local deve registrar no SISTEMA DE CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO - SCL, o CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA – CCER, conforme procedimentos e prazos estabelecidos no SUBMÓDULO 3.2 – CONTRATOS NO AMBIENTE REGULADO.
- 3.24 A CCEE deve efetuar, com base no histórico de consumo da unidade consumidora que passe a ser representada, o cálculo da cota e de energia do PROINFA, nos termos das premissas específicas do SUBMÓDULO 3.2 – CONTRATOS NO AMBIENTE REGULADO.
- 3.25 A partir da validação de documentos e atividades atinentes ao cadastro, tratados nos itens 3.15 e 3.19, o representado deve manter atualizado seu cadastro na CCEE, por meio do AUTOCADASTRO, disponível no CONTEÚDO EXCLUSIVO.
- 3.26 Ressalvada a hipótese disposta no subitem 2.3.1, o agente da CCEE, consumidor ou gerador, que opte por ser representado por um varejista, deve solicitar seu desligamento sem sucessão da CCEE, conforme atividades e prazos previstos no SUBMÓDULO 1.5 – DESLIGAMENTO DE AGENTES.
- 3.27 Nos casos de desligamento do agente da CCEE que passe à representação por um varejista ou de alteração do varejista, a transferência do histórico de comercialização é vedada.

Cadastro do Sistema de Medição para Faturamento e Coleta de Dados de Medição

- 3.28 É atribuição do agente responsável pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO – SMF:
- 3.28.1 solicitar o Parecer de Localização por meio do SGP;
 - 3.28.2 solicitar o CADASTRAMENTO DO(S) PONTOS(S) DE MEDIÇÃO por meio do SISTEMA DE COLETA DE DADOS DE ENERGIA - SCDE, estabelecido no SUBMÓDULO 1.2 – CADASTRO DE AGENTES; e
 - 3.28.3 responder pelas operações diárias de medição junto à CCEE, conforme SUBMÓDULO 2.1 – COLETA E AJUSTE DE DADOS DE MEDIÇÃO.
- 3.29 O varejista deve acompanhar as atividades de CADASTRAMENTO DO(S) PONTOS(S) DE MEDIÇÃO por meio do SCDE.
- 3.30 O recebimento de notificações e pagamento de penalidades de medição constantes no SUBMÓDULO 6.1 – PENALIDADES E MULTAS DE MEDIÇÃO são atribuições:
- 3.30.1 da distribuidora ou transmissora, quando tratar-se de pontos de medição de consumidores livres ou especiais; e
 - 3.30.2 do varejista, nos demais casos.

Cadastro no Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL

- 3.31 O varejista deve solicitar a inclusão, alteração e exclusão do processo de modelagem dos representados, bem como realizar seu acompanhamento, respeitando os prazos e os procedimentos do SUBMÓDULO 1.2 – CADASTRO DE AGENTES.
- 3.32 O varejista é responsável pela atualização do cadastro dos ativos representados.
- 3.33 A modelagem de ativos de medição se dá sob perfil contábil criado especificamente para cada tipo de geração ou consumo;
- 3.34 A CCEE pode autorizar a criação de perfis contábeis solicitados pelo varejista, além daqueles a que alude o item 3.33, com vistas ao atendimento de nichos específicos de mercado.

Substituição de varejista, pelo representado

- 3.35 A opção do representado pela substituição do varejista atual por outro se inicia com o envio da NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO do CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA.
- 3.35.1 A NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO, por inadimplemento do varejista (resolução), deve ser enviada ao varejista e também à CCEE no prazo mínimo de trinta dias antecedente à data pretendida para o término da contratação, que deverá ser coincidente com o término da contabilização.

- 3.35.2 A NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO, por denúncia à prorrogação da representação (resilição), deve ser enviada ao varejista e também à CCEE no prazo mínimo de noventa dias antecedentes à data pretendida para o término da contratação, que deverá ser coincidente com o término da contabilização.
- 3.35.3 A NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO destinada à CCEE deve ser efetivada por meio do SGP, se pelo novo varejista, ou pela CENTRAL DE ATENDIMENTO, se pelo representado.
- 3.35.4 O recebimento da NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO destinada ao varejista deve ser comprovado por AVISO DE RECEBIMENTO - AR.
- 3.36 O novo varejista que, já habilitado, pretenda efetivar a representação, deve encaminhar à CCEE por meio do SGP:
- 3.36.1 o CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA e o respectivo Anexo, com as informações do representado, devidamente preenchidos e assinados pelas partes, com firma reconhecida;
- 3.36.2 o(s) CONTRATO(S) DE USO DO SISTEMA;
- 3.36.3 a NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO e o AVISO DE RECEBIMENTO - AR, referidos nos subitens 3.35.1, 3.35.2 e 3.35.4; e
- 3.36.4 para consumidor(es) especial(is) cujas unidades consumidoras estejam reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito, o varejista deve enviar o TERMO DE COMUNHÃO específico conforme modelo de minuta constante no SUBMÓDULO 1.1. - ADESÃO À CCEE, com firma reconhecida.
- 3.37 Caso não ocorra a substituição do varejista e o representado não diligencie pela continuidade de sua operação comercial antes do advento do término contratual, conforme as hipóteses previstas neste Submódulo, sujeitar-se-á aos procedimentos estabelecidos nos itens 3.53 e 3.54.

Adesão do representado à CCEE

- 3.38 O representado que deseje aderir à CCEE deve proceder ao disposto em:
- 3.38.1 item 3.35;
- 3.38.2 subitem 3.36.3; e
- 3.38.3 SUBMÓDULO 1.1 – ADESÃO À CCEE.

Retorno de unidade consumidora ao atendimento cativo

- 3.39 O consumidor representado por um varejista que deseje o atendimento de suas unidades consumidoras pela distribuidora local deve observar:

- 3.39.1 se a unidade consumidora for ou pretender se tornar parcialmente livre, com a prévia anuência do varejista, deve-se celebrar CCER ou aumentar o montante já contratado com a distribuidora;
- 3.39.2 se apenas algumas unidades consumidoras voltarem a ser integralmente atendidas pela distribuidora, com a prévia anuência do varejista, deve-se celebrar CCER(s) ou alterar a forma de contratação dos CCER(s) já em vigor;
- 3.39.3 se todas as unidades consumidoras voltarem a ser integralmente atendidas pela distribuidora, deve-se celebrar CCER(s) ou alterar a forma de contratação dos CCER(s) já em vigor;
- 3.39.4 no caso do disposto no subitem 3.39.3, o consumidor deve proceder ao disposto no item 3.35;
- 3.39.5 no caso do disposto nos itens 3.39.2 e 3.39.3, a CCEE procederá ao DESCADASTRAMENTO DO(S) PONTOS(S) DE MEDICAÇÃO correspondentes; e
- 3.39.6 a celebração de CCER deve observar os prazos mínimos estabelecidos pelas normas aplicáveis, salvo se acordado pelas partes o início de atendimento em prazos inferiores.

Desligamento ou Inabilitação do varejista da CCEE

- 3.40 O CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA se extingue pela ocorrência do desligamento compulsório do varejista, por inadimplemento na CCEE ou inabilitação superveniente do varejista.
- 3.41 A inabilitação do varejista se dá pelo desatendimento das condições dispostas nos itens 3.1 e 3.6, devendo a CCEE instaurar procedimento de inabilitação e enviar o respectivo Termo de Notificação - TN.
- 3.41.1 O TN será encaminhado ao varejista, com a identificação do requisito não atendido, nos termos dos subitens 3.47.1 e 3.47.2, para que, querendo, ofereça manifestação em até dez dias.
- 3.41.2 O varejista, em sua manifestação, deve alegar toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que pretenda demonstrar sua procedência e oferecendo todos os documentos e provas que entenda necessários, sendo vedada dilação probatória superveniente.
- 3.41.3 O julgamento do procedimento de inabilitação deve ser concluído em até trinta dias, devendo ser contados:
- 3.41.3.1 do recebimento das informações, segundo cronograma que alude o item 3.6; ou
- 3.41.3.2 da ciência das informações, obtidas por qualquer meio lícito.

- 3.41.4 A inabilitação se dá por deliberação do CAd, observando-se disposições estatutárias atinentes aos critérios de decisão.
- 3.42 O desligamento do varejista deve observar o disposto no SUBMÓDULO 1.5 – DESLIGAMENTO DE AGENTES, bem como as premissas deste submódulo.
- 3.43 Os efeitos da extinção do CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA se estendem aos demais instrumentos celebrados ou correlatos entre as partes.
- 3.44 O desligamento voluntário do varejista ocorre mediante o envio à CCEE, do REQUERIMENTO DE DESLIGAMENTO e da(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE TÉRMINO DO(S) CONTRATO(S) PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA, pelo próprio varejista por meio do SGP, com antecedência mínima de noventa dias da data pretendida para o término da contratação, sob pena de indeferimento do pedido.
- 3.44.1 O desligamento voluntário do varejista está condicionado ao cumprimento de suas obrigações financeiras, assim como à inexistência de ativos de medição de representados sob todos os seus perfis, implicando ainda, o cancelamento de todos os registros de contratos no SCL, quando houver.
- 3.44.2 O desligamento voluntário com sucessão somente é aplicável após o cumprimento do disposto no subitem 3.44.1 e o deferimento do CAd ao pedido para inabilitação do agente para a comercialização varejista.
- 3.45 Para os casos de desligamento ou inabilitação do varejista, a CCEE, por meio eletrônico, deve notificar os representados, comunicando-lhes:
- 3.45.1 sobre a instauração do procedimento de desligamento da CCEE por inadimplemento, de inabilitação ou de processo administrativo na ANEEL referente à revogação da outorga; e
- 3.45.2 a relação atualizada de varejistas adimplentes e habilitados à representação, também disponível no CONTEÚDO EXCLUSIVO, para livre escolha do representado.
- 3.45.3 esclarecimentos dos efeitos decorrentes do desligamento ou inabilitação do varejista, inclusive informando ao representado que ele pode optar, desde a notificação, até a data do advento do término do contrato, por:
- 3.45.3.1 celebrar CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA com qualquer dos agentes representantes relacionados na notificação, tratada nesta premissa;
- 3.45.3.2 aderir à CCEE em nome próprio, cumprindo, para tanto, as premissas previstas nos SUBMÓDULOS 1.1 – ADEÇÃO À CCEE e 1.2 – CADASTRO DE AGENTES;

3.45.3.3 celebrar CCER junto à Distribuidora local, em prazo inferior ao estabelecido pelas normas aplicáveis, conforme livre negociação entre as partes.

3.46 A ocorrência de qualquer das hipóteses constantes do subitem 3.45.3 encerra, para cada ponto de medição, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, a relação comercial entre o varejista e o representado.

3.46.1 É nula qualquer estipulação contratual de penalidade atinente ao exercício, pelo representado, do disposto no item 3.46.

3.47 A CCEE, em até cinco dias da deliberação que decidir pelo desligamento por inadimplemento ou inabilitação do varejista, deve proceder à nova notificação de todos os representados, informando-lhes acerca da decisão proferida, bem como concedendo prazo de cinco dias para cada representado proceder ao disposto no subitem 3.45.3.

3.47.1 A notificação deve ser encaminhada pelos Correios e por meio eletrônico, contando-se o prazo a partir do recebimento pelos Correios.

3.47.2 Negligenciado pelo representado a atualização de seu cadastro, o prazo a que alude o item 3.47 deve ser contado:

3.47.2.1 da data da primeira tentativa de entrega pelos Correios, servindo de comprovação a data de devolução atestada no Aviso de Recebimento ou informada no histórico de rastreamento de objetos no portal eletrônico dos Correios; ou

3.47.2.2 no insucesso da hipótese precedente, da data de envio para o correio eletrônico constante do cadastro do representado, independentemente desse estar ativo ou operacional.

3.48 Caso o representado não diligencie pela continuidade de sua operação comercial antes do advento do término contratual, conforme as hipóteses previstas neste Submódulo, sujeita-se aos procedimentos estabelecidos nos itens 3.53 e 3.54.

3.49 O desligamento do varejista, por inadimplemento, não obsta a nova modelagem dos ativos então representados sob o perfil de outros agentes.

3.49.1 É vedada a modelagem dos ativos então representados sob o perfil de outros agentes ou de perfil próprio, nos casos em que:

3.49.1.1 a representação seja dos detentores de concessão ou autorização para geração com capacidade instalada igual ou superior a 50 MW não comprometidos com CCEAR, CER ou Cotas; e

3.49.1.2 assim seja julgado pela ANEEL, tais como no reconhecimento do abuso da personalidade jurídica do representante, da simulação de negócio jurídico ou procedimento afim, hipóteses em que a nova modelagem implica a caracterização da sucessão e está condicionada à quitação dos débitos pendentes.

3.49.2 Nas hipóteses precedentes, os débitos pendentes devem ser apurados e rateados na forma estabelecida pela Resolução Normativa nº 570, de 2013.

Desligamento do representado e encerramento de suas atividades

3.50 O desligamento do representado pode ser voluntário ou decorrer da ausência de relação comercial.

3.50.1 Caracteriza-se a ausência de relação de comercial pela inexistência de:

3.50.1.1 representação em vigor, mediante CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA;

3.50.1.2 adesão à CCEE em nome próprio, cumprindo, para tanto, as premissas previstas nos SUBMÓDULOS 1.1 – ADESÃO À CCEE e 1.2 – CADASTRO DE AGENTES;

3.50.1.3 CCER em vigor celebrado com a Distribuidora local.

3.51 O desligamento voluntário do representado se dá pelo envio da NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO do CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA.

3.51.1 A NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO, deve ser enviada ao varejista e também à CCEE no prazo mínimo de trinta ou noventa dias antecedente à data pretendida para o término da contratação, conforme trate, respectivamente, de resolução ou rescisão.

3.51.2 A NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO destinada à CCEE deve ser efetivada pelo representado por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

3.51.3 O recebimento da NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO destinada ao varejista deve ser comprovado por AVISO DE RECEBIMENTO - AR, e enviado à CCEE por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

3.51.4 Não sendo efetivada a desconexão do sistema elétrico até o advento da data pretendida pelo representado para o encerramento da comercialização varejista, deve a CCEE proceder ao disposto nos itens 3.53 e 3.54.

3.52 Encerramento da comercialização varejista pode se dar mediante o envio, pelo varejista ao representado, da NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO do CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA.

- 3.52.1 A NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO, por inadimplemento do representado (resolução), deve ser enviada ao varejista e também à CCEE no prazo mínimo de trinta dias antecedente à data pretendida para o término da contratação, que deverá ser coincidente com o término da contabilização.
- 3.52.2 A NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO, por denúncia à prorrogação da representação (resilição), deve ser enviada ao representado e também à CCEE no prazo mínimo de noventa dias antecedente à data pretendida para o término da contratação, que deverá ser coincidente com o término da contabilização.
- 3.52.3 A NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO destinada à CCEE deve ser efetivada pelo varejista por meio do SGP.
- 3.52.4 O recebimento da NOTIFICAÇÃO PARA ENCERRAMENTO destinada ao representado deve ser comprovado por AVISO DE RECEBIMENTO - AR, e enviado à CCEE por meio do SGP.
- 3.52.5 Caso o representado não diligencie pela continuidade de sua operação comercial antes do advento do término contratual, conforme as hipóteses previstas neste Submódulo, sujeitar-se-á aos procedimentos estabelecidos nos itens 3.53 e 3.54.
- 3.53 Caracterizada a ausência de relação de comercial por um representado que seja consumidor, em até cinco dias, deve a CCEE proceder à notificação das distribuidoras e, quando pertinente, do ONS, para a operacionalização da suspensão do fornecimento a todas as unidades consumidoras correspondentes, nos termos das normas que regem o DESLIGAMENTO DE AGENTES DA CCEE.
- 3.54 Caracterizada a ausência de relação de comercial por um representado que seja gerador, nos termos das normas que regem o DESLIGAMENTO DE AGENTES DA CCEE, deve a CCEE:
- 3.54.1 proceder à notificação do ONS, a fim de que sejam monitorados os empreendimentos de geração, quando programados ou despachados centralizadamente;
 - 3.54.2 providenciar o tratamento específico para a energia gerada; e
 - 3.54.3 comunicar à ANEEL, para os expedientes administrativos cabíveis, incluindo eventual cassação de outorga.
- 3.55 O varejista permanece responsável pela carga do(s) representado(s) até que ocorra a suspensão do fornecimento de energia de todas as unidades consumidoras modeladas sob o seu perfil.

4. LISTA DE DOCUMENTOS

Nome do Candidato a Agente:								
CNPJ:				Sigla:				
Documentação : <input type="checkbox"/> inicial				<input type="checkbox"/> complementar				

DOCUMENTOS PARA A HABILITAÇÃO DO VAREJISTA				Comercialização	Geração		
Descrição	DD	DF	DFR	COM	APE	PIE	G
<input type="checkbox"/> Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e alterações supervenientes ou o documento societário consolidado, devidamente registrado no órgão competente.	✓			✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Acordo de acionistas ou cotistas e demais negócios jurídicos que proporcionam impacto no controle societário.	✓		✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Diagrama do grupo econômico, com a indicação de nomes e percentuais das participações societárias, possibilidade de plena aferição das condicionantes dispostas na REN ANEEL nº 570/2013, e a dispensa da apresentação de participação inferior a 5%, salvo se controlador	✓			✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Relação que discrimine todos os sócios ou acionistas do proponente, o(s) controlador(es) societário(s) indireto(s) e o(s) intermediário(s) do proponente - observadas as definições contidas pela norma que rege transferência de controle societário, e os sócios ou acionistas desses controladores, as controladas, coligadas e de simples participação do proponente, com os respectivos sócios ou acionistas, observadas as definições contidas no Código Civil, e administradores, diretores, conselheiros e demais prepostos afins.	✓			✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Organograma do Corporativo do proponente, assinado pelo(s) representante(s) legal(ais) do candidato, conforme modelo disponível no site da CCEE.	✓			✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Declaração de matrimônio, união estável e de parentesco consanguíneo ou afim, de que trata a Resolução Normativa no 570, de 2013.	✓		✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos três últimos exercícios financeiros, auditadas.	✓		✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.	✓			✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual/Distrital, inclusive quanto à Dívida Ativa.	✓			✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal.	✓			✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, da Previdência Social (INSS).	✓			✓	✓	✓	✓

Nome do Candidato a Agente:	
CNPJ:	Sigla:
Documentação : <input type="checkbox"/> inicial <input type="checkbox"/> complementar	

DOCUMENTOS PARA A HABILITAÇÃO DO VAREJISTA				Comercialização	Geração		
Descrição	DD	DF	DFR	COM	A	PIE	G
<input type="checkbox"/> Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo Poder Judiciário da sede do candidato a Comercializador varejista com data de emissão não anterior a 60 (sessenta) dias contados da data de solicitação do agente ou dentro da validade, caso esta esteja impressa na certidão. <i>No caso de habilitação de filial devem ser apresentadas certidões relativas à matriz e à própria filial. As certidões referidas nesse item deverão ser adequadas às disposições da Lei nº 11.101, de 09.02.2005, que regulamenta a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, conforme a situação de cada empresa.</i>	✓			✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, do cadastro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço da Caixa Econômica Federal (FGTS).	✓			✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Certidão negativa de protestos e títulos.	✓			✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Certidão negativa de débitos trabalhistas.	✓			✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Formulário de Inventário de Bens, devidamente assinado pelo representante(s) legal(ais) do candidato.	✓		✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Demais documentos comprobatórios.	✓			✓	✓	✓	✓
DOCUMENTOS PARA A HABILITAÇÃO DO VAREJISTA (GRUPO SOCIETÁRIO OU COMPLEXO INDUSTRIAL/COMERCIAL)				Comercialização	Geração		
Descrição	DD	DF	DFR	COM	A	PIE	G
<input type="checkbox"/> Termo de Renúncia (Firma Reconhecida)	✓		✓	✓	✓	✓	✓

DOCUMENTOS				Comercialização			Geração		
Documentos específicos para a habilitação do representado	DD	DF	DFR	CL	CE	COM	APE	PIE	G
<input type="checkbox"/> Contrato de Comercialização varejista e seu respectivo Anexo. (Firma Reconhecida)	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Última fatura/conta de fornecimento e planilha com histórico dos últimos 12 meses imediatamente anteriores à migração para o Ambiente de Contratação Livre. (Caso aplicável)	✓			✓	✓				
<input type="checkbox"/> Carta Denúncia protocolada na distribuidora. (Cópia simples)	✓			✓	✓				
<input type="checkbox"/> Instrumento comprobatório da instituição da comunhão de fato ou de direito, para conjunto de unidades consumidoras. <i>Deverá constar do documento: I - compromisso de solidariedade entre os comungantes; II - indicação de seu representante Legal; III - declaração de ciência única para todas as unidades comungantes de que a falta de pagamento de fatura de compra de energia ou de uso de sistema de distribuição poderá implicar interrupção do serviço para todas as unidades consumidoras, mesmo para as adimplentes, nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006; IV - No caso de unificação do conjunto de unidades consumidoras será necessária declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is), redigida de forma livre, de que as unidades estejam localizadas em áreas contíguas.</i>	✓		✓		✓				
<input type="checkbox"/> Declaração da distribuidora, informando se a data de ligação do candidato a agente é anterior ou posterior à data de publicação da Lei nº 9.074/1995 (08.07.1995). (Caso aplicável)	✓				✓				
Documento específico para habilitação de grupo societário ou complexo industrial/comercial, ou de gerador com capacidade instalada igual ou superior a 50 MW não comprometidos com CCEAR, CER ou Cotas									
<input type="checkbox"/> Declaração de Responsabilidade Solidária ou de Responsabilidade Solidária e Representação, conforme o caso. (Firma Reconhecida)	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓
Documento específico para habilitação de grupo societário ou de complexo industrial/comercial									
<input type="checkbox"/> Termo de Ciência (Firma Reconhecida)	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓

DD Documento digitalizado	DF Documento na forma física	DFR Documento com firma reconhecida	CL Consumidor Livre	CE Consumidor Especial
COM Comercializador	D Distribuidor	APE Autoprodutor de Energia	PIE Produtor Independente	G Demais Geradores

5. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

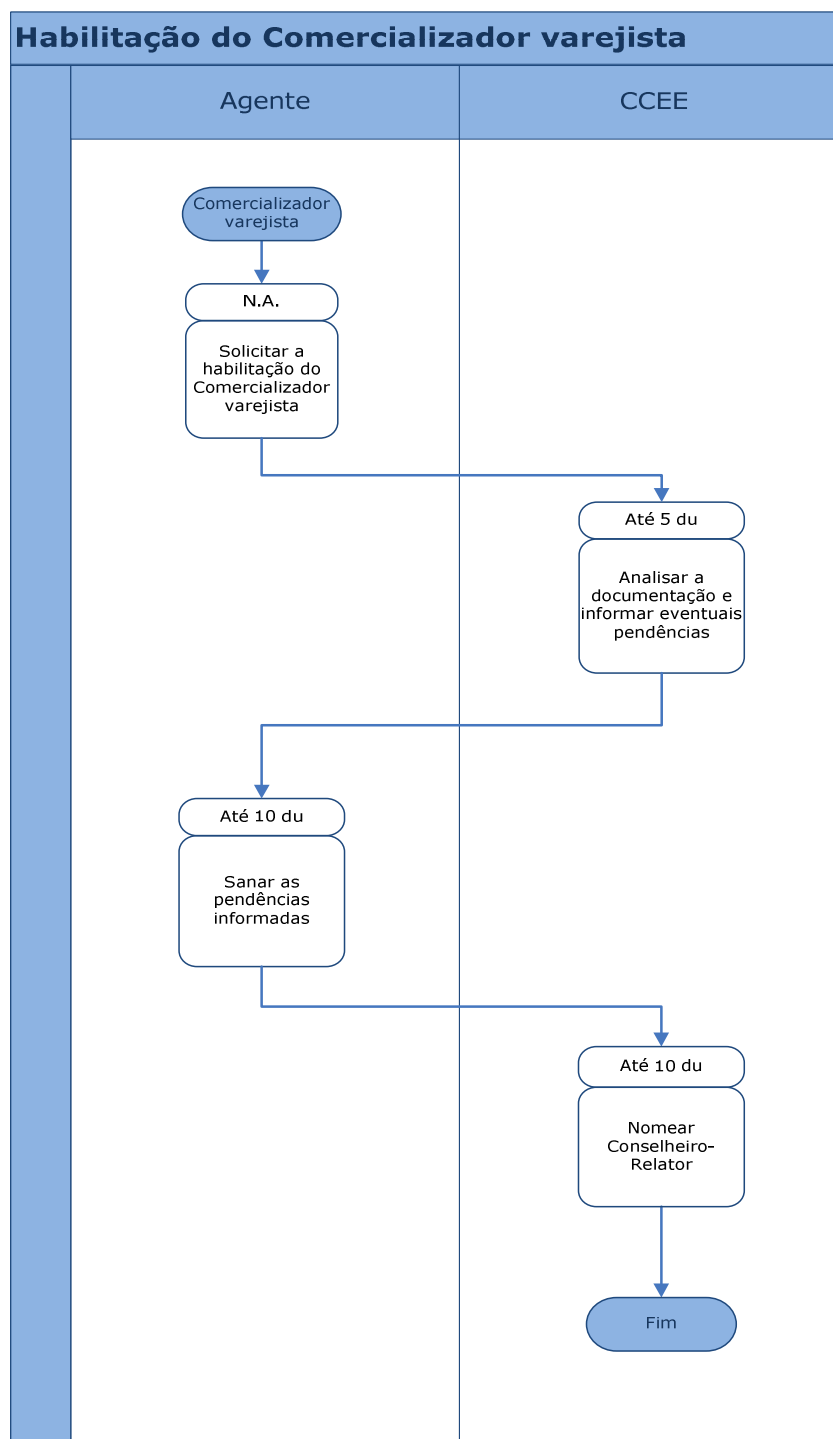
Condições gerais para a habilitação à Comercialização Varejista

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Solicitar, a qualquer tempo, a habilitação à Comercialização Varejista.	Agente	O agente deve solicitar, a qualquer tempo, a habilitação à Comercialização Varejista por meio do Sistema de Gestão de Processos - SGP	N.A.
Validar/Recusar informações de Cadastro.	CCEE	A CCEE realiza as análises dos dados e valida as informações e documentos. Caso identifique pendências, comunica os agentes para que realizem as alterações.	Até 5du
Nomear Conselheiro-Relator.	CCEE	Após a regularização das pendências pelo agente, a CCEE deve nomear o Conselheiro-Relator para o processo de habilitação.	Até 10du

Legenda:

du: dias úteis

6. FLUXO DE ATIVIDADES



Legenda:
du: dias úteis

7. ANEXOS

TERMO DE RENÚNCIA

<Nome Empresarial do Agente da CCEE>, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <CNPJ>, com sede na <Endereço Completo>, candidato no âmbito da CCEE à habilitação para o exercício da Comercialização Varejista, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados, nos termos de seu Estatuto/Contrato Social, vem por meio do presente expressamente declarar sua RENÚNCIA ao exercício da comercialização varejista para a representação de quaisquer pessoas que não sejam participantes de seu grupo societário, complexo industrial e/ou complexo comercial, nos termos da Resolução Normativa nº 570/2013 e demais normas, regras e procedimentos regulamentares aplicáveis, sob pena de sua inabilitação à comercialização varejista.

< Local >, < Dia > de < Mês > de < Ano >

< Nome do Representante Legal >
< Cargo >

< Nome do Representante Legal >
< Cargo >

[Este documento deverá estar em papel timbrado da própria empresa, assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is)]

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

(GRUPO SOCIETÁRIO ou COMPLEXO INDUSTRIAL-COMERCIAL)

<Nome Empresarial do Proponente-Representado>, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <CNPJ>, com sede na <Endereço Completo>, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados, nos termos de seu Estatuto/Contrato Social, a ser representada no âmbito da CCEE pelo Varejista <Nome Empresarial do Varejista>, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <CNPJ>, <Sigla>, vem por meio da presente expressamente declarar sua RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA em relação à eventual resultado financeiro negativo apurado em face de seu representante no âmbito da CCEE, <Sigla>, exclusivamente no caso de inadimplência que persista após seu desligamento do quadro associativo da Câmara, proporcionalmente nos termos da Resolução Normativa nº 570/2013 e demais normas, regras e procedimentos regulamentares aplicáveis, abrindo mão de qualquer direito de preferência.

< Local >, < Dia > de < Mês > de < Ano >

< Nome do Representante Legal >
< Cargo >

< Nome do Representante Legal >
< Cargo >

[Este documento deverá estar em papel timbrado da própria empresa, assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is)]

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E REPRESENTAÇÃO

(GERADOR com capacidade instalada igual ou superior a 50 MW não comprometidos com CCEAR, CER ou Cotas)

<Nome Empresarial do Agente da CCEE Proponente>, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <CNPJ>, com sede na <Endereço Completo>, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados, nos termos de seu Estatuto/Contrato Social, a ser representada no âmbito da CCEE pelo Varejista <Nome Empresarial do Varejista>, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <CNPJ>, <Sigla>, vem por meio da presente expressamente declarar sua RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA em relação à eventual resultado financeiro negativo apurado em face de seu representante no âmbito da CCEE, <Sigla>, exclusivamente no caso de inadimplência que persista após seu desligamento do quadro associativo da Câmara, proporcionalmente nos termos da Resolução Normativa nº 570/2013 e demais normas, regras e procedimentos regulamentares aplicáveis, abrindo mão de qualquer direito de preferência.

Ainda, declara a <Nome Empresarial do Agente da CCEE Proponente> que, enquanto perdurar sua representação pelo Varejista <Sigla> no âmbito da CCEE, este será o único e integral responsável, em caráter irrevogável e irretratável, pelo relacionamento com a CCEE, ficando inclusive outorgado ao <Sigla> o direito ao exercício exclusivo de seu voto de associado, inclusive do voto correspondente à categoria de geração, bem como todos os demais direito e obrigações deles decorrentes.

< Local >, < Dia > de < Mês > de < Ano >

< Nome do Representante Legal >
< Cargo >

< Nome do Representante Legal >
< Cargo >

[Este documento deverá estar em papel timbrado da própria empresa, assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is)]

TERMO DE CIÊNCIA

(GRUPO SOCIETÁRIO ou COMPLEXO INDUSTRIAL-COMERCIAL)

<Nome Empresarial do Proponente-Representado>, inscrita no CNPJ/MF sob o nº <CNPJ>, com sede na <Endereço Completo>, candidato no âmbito da CCEE à modelagem de sua carga no Ambiente de Contratação Livre por meio de representação pelo Varejista <Nome Empresarial do Varejista>, inscrito no CNPJ/MF sob o nº <CNPJ>, <Sigla>, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados, nos termos de seu Estatuto/Contrato Social, vem por meio do presente expressamente declarar sua CIÊNCIA de que o eventual descumprimento, pelo <Sigla>, da restrição aplicável à extensão da representação, nos termos da Resolução Normativa nº 570/2013, ensejará a inabilitação do Varejista <Sigla>, com todas as repercussões que disso possam advir ao representado.

< Local >, < Dia > de < Mês > de < Ano >

<Nome Empresarial do Proponente-Representado>

< Nome do Representante Legal >
< Cargo >

< Nome do Representante Legal >
< Cargo >

<Nome Empresarial do Varejista>

< Nome do Representante Legal >
< Cargo >

< Nome do Representante Legal >
< Cargo >

[Este documento deverá estar em papel timbrado da própria empresa, assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is)]